

BRASILEIRA: SUFICIÊNCIA

área econômica ou se integram ao sistema de ensino e pesquisa universitária, deixando claro que não está interessada em formar assessores de banqueiros ou gerentes de empresas. Entretanto, se todos os cursos fizerem a mesma opção, os economistas estarão deixando de estar preparados para ocupar um espaço profissional na área da gestão privada - um espaço tão importante quanto o primeiro em prol do melhor funcionamento e planejamento das instituições econômicas de nosso país, no contexto de intensas transformações.

Neste momento, antecipar-se ao caos que se vislumbra - decorrente do anacronismo administrativo, do equívoco de objetivos e do acelerado processo de sucateamento a que está sendo submetida - é uma questão de sobrevivência que a universidade pública precisa urgentemente encarar. No mistério, uma lição importante que as universidades públicas deveriam assimilar das empresas privadas seria a agilidade nos processos decisórios e de mudanças. A cultura da acomodação e do adiamento que reina nas instituições oficiais acarreta prejuízos incalculáveis aos cofres públicos, além do ônus social que atinge a população como um todo. Isso se deve principalmente à excessiva burocratização de processos e rotinas, justificada pela "necessidade" de preservar a integridade das ações administrativas. Trata-se de uma situação atípica de saneamento em que a prevenção se torna mais onerosa que a cura da doença. Por outro lado, o tempo perdido e as oportunidades desperdiçadas são irrecuperáveis. Como dizia Heraclito: "Ninguém toma banho duas vezes no mesmo rio".

Apesar do perigo potencial de se estar embarcando em aventuras experimentais, a modernização administrativa das organizações universitárias, mais do que uma necessidade, é uma imposição conjuntural. A universidade pública brasileira, vitimada pela sua complexão paquidérmica e gestão desprofissionalizada, foi ao longo do tempo minada pelo avanço da obsolescência em seus recursos estruturais, incluindo-se aí o sistema administrativo. Ressalte-se, contudo, que da mesma forma que a adoção equivocada de uma opção teórico-metodológica de vanguarda pode destruir toda uma organização, persistir na acomodação e na mesmice também, pode inviabilizá-la definitivamente. Assim sendo, somente a gestão especializada poderá conduzir a organização universitária a um futuro não aventureiro, respeitando suas peculiaridades e especificidades ●

EDSON JOSÉ DE CASTRO LIMA é professor e Chefe do Departamento de Economia da UFPI.

UNIVERSIDADE-EMPRESA: UMA BOA PARCERIA

TIAGO CARDOSO ROSA*

A relevância que vem assumindo as relações universidade-empresa, como política de desenvolvimento econômico-industrial em muitos países, tem despertado os órgãos governamentais de política científica, as organizações empresariais e administradores universitários para o estabelecimento e intensificação de tais consórcios como estratégia de importância maior, quer quanto a melhoria da competitividade dos setores produtivos nacionais em mercados altamente dinâmicos e ainda, também, assegurar novas formas de captar recursos essenciais ao financiamento da pesquisa universitária.

A articulação entre universidade e o mundo produtivo brasileiro é de certa forma ainda modesta, devido à posição que o país tem no conceito da divisão internacional do trabalho. Esta posição teve como responsabilidade o modelo de política econômica adotado no após segunda guerra mundial que se caracterizava, principalmente, pela importação de tecnologia, quando se devia fortalecer uma política científica e tecnológica orientada para a autonomia do país. Desta forma, quando se definia uma política para o ensino superior dando ênfase à pesquisa científica e tecnológica e ainda um extenso programa de formação de cientistas objetivando a efetivação de um projeto científico nacional, a política econômica-industrial se desenvolvia através de contratos para a assistência técnica e uso de patentes pelas empresas brasileiras, bem como de incentivos à instalações de empresas estrangeiras.

Como estes dois comportamentos necessitavam de capacitação científica interna e, na universidade estaria a solução, a realidade produtiva e o mundo acadêmico, apesar da desconfiança de ambos os lados no que se refere aos seus objetivos, as características da economia atual está exigindo que empresários e o meio universitário, num esforço conjunto, estabeleçam e intensifiquem estas relações como forma de garantirem ao país uma posição mundial. Esta posição só será conseguida pelo desenvolvimento da pesquisa básica que é responsável pelas inovações tecnológicas fundamentais ao setor produtivo na geração de produtos e serviços nas preferências das demandas sociais.

Mudanças que estão correndo na economia globalizada têm mostrado que o modelo de importação de tecnologia, cada vez mais vem demonstrando menos eficácia, diante de um acelerado processo de inovações tecnológicas que tem como base a pesquisa básica. O país que não tem o domínio desse tipo de pesquisa (básica) terá muita dificuldade em gerar uma produção gerenciada nas

características dessa realidade pós-moderna.

Neste construto, diversas políticas de modernização industrial estão sendo abordadas. Uma dessas políticas que está se destacando e considerada de posição estratégica é a de maior aproximação das empresas com as universidades, na expectativa de imitar o sucesso que estas relações costumam ter nos países desenvolvidos.

Resultados positivos, embora pontuais, desse tipo de consórcio têm levado reitores e empresários a defender a necessidade de programas nacionais de incentivo à aproximação entre estes dois mundos: Universidade e Empresa, esta consolidação se efetivará com a criação de projetos que incentivem estas relações e as universidades instituíam organismos internos com o objetivo de promovê-las e administrá-las, como vem acontecendo nos países centrais, especialmente nos Estados Unidos.

O estabelecimento destas relações não se dá sem contudo modificar algumas atitudes, quer do lado da pesquisa acadêmica e ainda das funções organizacionais tradicionais da universidade. A aproximação entre estes dois mundos tem resultado em modificações importantes nas atividades de ensino e da pesquisa universitária. Com relação a esses consórcios surgem duas vertentes: uma defende que esta articulação é de importância capital para a universidade na busca de sua liberdade financeira - esta observa o lado prático da questão. A outra vertente, vocacionada por alguns, vê estes consórcios como ameaças à tradição secular da universidade enquanto instituição preservadora do ideal da ciência como um bem coletivo. Esta não admite que a pesquisa acadêmica tenha influência externa e sim seja emanada do próprio comportamento especulativo do pesquisador. As características da economia mundial nessa realidade pós-industrial não admite esse tipo de atuação do meio universitário, com relação a uma universidade fechada sem prestar contas de suas ações a comunidade que a financia e nem tão pouco ajudar o país num processo de desenvolvimento econômico-industrial, participando na construção de uma pesquisa voltada para a utilização e modernização dos setores produtivos nacionais ●

TIAGO CARDOSO ROSA é professor de Economia da UFPI e Mestre em Gestão Universitária.